

Diagnóstico Eleitoral 2026

Estruturando o Futuro da Atuação Institucional

PGA 2026-2027 | MPCE



APRESENTAÇÃO

O documento apresenta um diagnóstico detalhado realizado pelo Ministério Público do Estado do Ceará sobre as demandas e desafios das Promotorias de Justiça nas áreas **eleitorais**, com foco na atuação institucional frente a ilícitos recorrentes e às lacunas estruturais identificadas a partir das respostas dos membros.

A análise destaca que temas como **corrupção eleitoral, compra de votos e propaganda eleitoral irregular** são as maiores prioridades, revelando uma necessidade clara de **padronização de fluxos, fortalecimento da capacidade probatória, ampliação da inteligência institucional e desenvolvimento de ações preventivas estruturadas**.

Os dados apontam **alta incidência de práticas ilícitas tradicionais e fragilidade na estrutura de resposta institucional**, mas indicam também **potencial de avanço a partir da articulação interinstitucional, da capacitação direcionada e da organização de instrumentos operacionais**, especialmente no **interior do estado**, onde se concentrou a maior parte das respostas e das demandas relatadas.

Este diagnóstico tem por objetivo apresentar informações para a elaboração de um Plano Geral de Atuação para 2026-2027, um dos instrumentos do planejamento institucional do MPCE.

METODOLOGIA

Inicialmente foi elaborado um inventário de macro temas junto ao Centro de Apoio que delimitariam o formulário de levantamento de informações do diagnóstico.

O formulário para diagnóstico foi criado no Microsoft Forms (Microsoft 365) e distribuído eletronicamente a todas as Promotorias de Justiça do estado do Ceará, focando temáticas **ELEITORAL** e atuação transversal.

A coleta ocorreu de **MAIO DE 2026**, com perguntas mistas (seleção múltipla, escalas 1-5, abertas).

Os dados do formulário foram analisados isoladamente e posteriormente por meio de análises cruzadas e por matriz SWOT. Por meio dessa análise, foram constatadas a necessidade de iniciativas que potencializassem a atuação ministerial frente à matriz SWOT analisada.

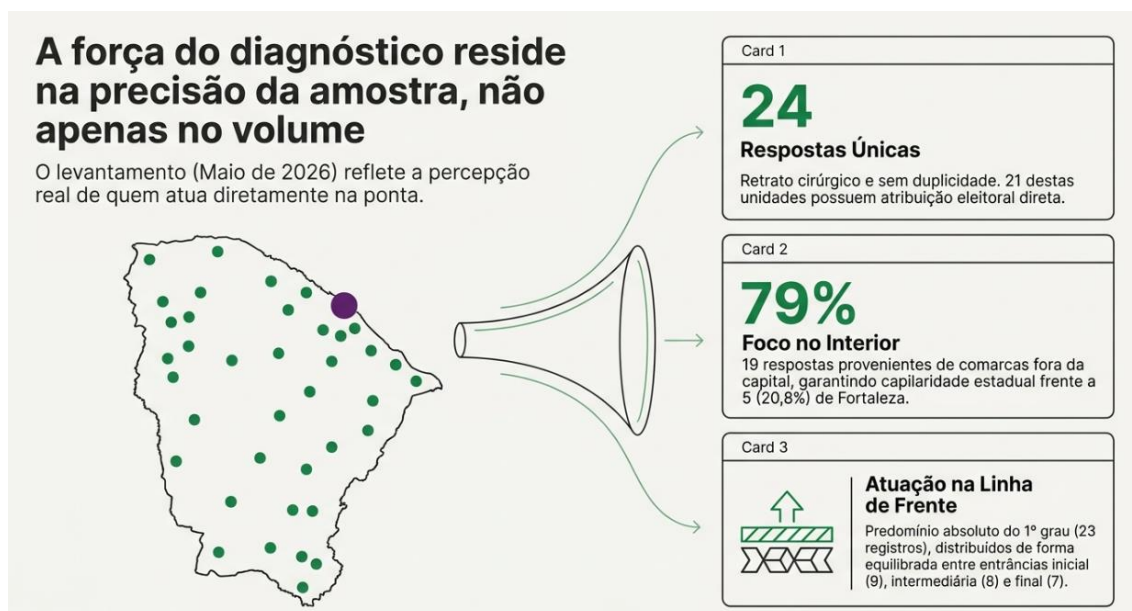
Por fim, essas iniciativas serão agrupadas em PROGRAMAS TEMÁTICOS para compor a elaboração do PGA 26-27 e do Mapa Setorial, e ainda, pormenorizadas para compor o Plano de Atuação do CAO.

PERFIL DAS RESPOSTAS

O conjunto analisado reúne **24 respostas únicas**, sem duplicidade, o que assegura consistência mínima para leitura da amostra. No recorte funcional, observa-se

predomínio quase absoluto de respondentes com atuação no 1º grau, com **23 registros nessa condição**, enquanto o relatório gráfico também aponta uma distribuição relativamente equilibrada entre as entrâncias **inicial (9), intermediária (8) e final (7)**, demonstrando participação de unidades com diferentes níveis de estrutura e complexidade institucional. Além disso, **21 das 24 respostas** vieram de unidades que declararam possuir atribuição na área eleitoral, o que reforça a aderência temática da base e a pertinência analítica do material para fins de diagnóstico.

Do ponto de vista do perfil institucional dos respondentes, a leitura do campo referente ao órgão de execução indica predominância de **Promotorias de Justiça (11 registros)** e de órgãos com identificação explicitamente **eleitoral ou vinculada a Zona Eleitoral (9 registros)**, com participação residual de estruturas da capital e de apoio administrativo. Essa composição sugere que o diagnóstico foi alimentado, majoritariamente, por unidades com inserção direta ou concreta na matéria, o que agrega **valor qualitativo à análise**.



No plano territorial, a distribuição geográfica mostra **forte predominância do interior**, com **19 respostas (79,2%)**, frente a **5 respostas de Fortaleza (20,8%)**, revelando que a escuta institucional alcançou sobretudo unidades fora da capital. Entre as localidades mencionadas, além de Fortaleza, aparecem comarcas como **Tauá, Viçosa do Ceará, Aquiraz, Araripe, São Benedito, Brejo Santo, Sobral, Cruz, Boa Viagem, Bela Cruz, Urucoca, Nova Russas, Jaguaratama e Ipaumirim**, em geral com uma resposta por localidade, o que indica dispersão territorial e baixa concentração em poucos polos regionais. Esse desenho, embora pulverizado, amplia a capacidade do diagnóstico de captar percepções provenientes de diferentes contextos locais de atuação.

Embora a amostra seja **numericamente pequena**, ela mantém **relevância qualitativa** para o diagnóstico, porque a maior parte das respostas decorre de unidades com **atribuição eleitoral efetiva** e de órgãos diretamente conectados à temática analisada. Em outras palavras, não se trata de uma amostra ampla em termos quantitativos, mas de uma base **especializada e funcionalmente aderente ao objeto pesquisado**, o que lhe confere

utilidade para identificar tendências, demandas e percepções institucionais relevantes, ainda que sem pretensão de representar estatisticamente todo o universo ministerial.

PRINCIPAIS TEMAS

Temas de Atuação (% menções)

Considerando o universo de **24 respostas**, adotou-se como critério de alta demanda a menção em **mais de 40% dos respondentes** (≥ 10 respostas).

A partir dos dados consolidados das questões abertas e fechadas sobre capacitação e prioridades temáticas, destacam-se três eixos principais:

- **corrupção eleitoral (13 respostas – 54%),**
- **compra de votos (13 respostas – 54%) e**
- **propaganda eleitoral irregular (10 respostas – 42%).**

Esses temas aparecem de forma recorrente tanto nas perguntas sobre conteúdos prioritários quanto nas práticas mais observadas, evidenciando forte convergência entre percepção do problema e necessidade de atuação institucional.



A predominância desses temas revela que a atuação eleitoral ainda é fortemente orientada por **ilícitos tradicionais e estruturais**, especialmente aqueles relacionados à manipulação direta da vontade do eleitor (compra de votos) e ao uso indevido de mecanismos de campanha (propaganda irregular). A corrupção eleitoral, por sua vez, aparece como eixo central articulador, reunindo diferentes práticas ilícitas (abuso de poder, uso da máquina pública, captação ilícita de sufrágio), o que explica sua maior incidência nas respostas. Esse padrão indica que, **apesar da emergência de temas mais**

recentes (como desinformação e uso de tecnologia), as demandas mais urgentes ainda se concentram em **condutas clássicas com alta incidência territorial**.

Além disso, observa-se um segundo bloco de temas de **demanda intermediária**, como **desinformação (9 respostas – 37,5%)**, **abuso de poder político (8)**, **condutas vedadas (8)** e **violência política de gênero (8)**, que, embora não ultrapassem o corte de alta demanda, apresentam relevância estratégica crescente. Esses temas tendem a ganhar protagonismo no médio prazo, sobretudo pela sua conexão com novos contextos eleitorais (ambiente digital, redes sociais, disputa simbólica), indicando uma **transição do foco exclusivo em ilícitos tradicionais para um modelo mais complexo e multifacetado de atuação eleitoral**.

O diagnóstico aponta que a agenda prioritária do MPCE na seara eleitoral ainda está ancorada em **três pilares clássicos (corrupção, compra de votos e propaganda irregular)**, mas já evidencia sinais de deslocamento para **temas emergentes**, o que exige um modelo de atuação que combine **resposta repressiva estruturada com capacidade adaptativa a novas formas de ilícito eleitoral**.

Corrupção Eleitoral (54%)

I – Justificativa

As respostas abertas reforçam que a corrupção eleitoral é percebida como fenômeno **estrutural, reiterado e de alta incidência territorial**, associado à dificuldade de coleta probatória, ausência de fluxos claros e fragilidade da inteligência institucional. Há menções frequentes à **subnotificação, dependência de denúncias e limitações investigativas**, especialmente em municípios menores, além da vinculação com uso da máquina pública e atuação de grupos políticos consolidados. **Os relatos evidenciam que a corrupção não ocorre de forma isolada, mas integrada a práticas sistêmicas no processo eleitoral, o que justifica prioridade institucional na sua repressão e prevenção.**

II – Oportunidades de Atuação

- Estruturação de fluxos padronizados de investigação (principal lacuna identificada)
- Fortalecimento da inteligência institucional e integração com bases policiais
- Desenvolvimento de protocolos probatórios específicos
- Criação de modelos de atuação para casos recorrentes
- Ampliação da atuação preventiva, com foco em transparência e controle social

Compra de Votos (54%)

I – Justificativa

As respostas abertas indicam que a compra de votos é percebida como prática **naturalizada, culturalmente tolerada e de difícil enfrentamento**, especialmente em

contextos locais com baixa conscientização do eleitorado e forte dependência socioeconômica. Há evidências de **baixa denúncia formal, dificuldade probatória e aceitação social implícita**, o que reduz a efetividade da atuação repressiva isolada. Os relatos destacam **ainda fragilidade na prevenção, ausência de campanhas sistemáticas e dificuldade de responsabilização dos agentes envolvidos**, reforçando a necessidade de atuação integrada.

II – Oportunidades de Atuação

- Implementação de estratégias robustas de prevenção educativa (eleitores e candidatos)
- Campanhas institucionais para redução da tolerância social à prática
- Desenvolvimento de protocolos probatórios específicos para compra de votos
- Atuação coordenada com Justiça Eleitoral e forças policiais
- Criação de fluxos de denúncia acessíveis e protegidos

Propaganda Eleitoral Irregular (42%)

I – Justificativa

As respostas abertas evidenciam que a propaganda eleitoral irregular é percebida como prática **difusa, recorrente e de rápida disseminação**, especialmente em ambientes digitais. Há destaque para dificuldades de controle e monitoramento, além da **velocidade de circulação de conteúdos, inclusive desinformação**, o que compromete a atuação reativa tradicional. Os respondentes apontam **necessidade de melhor compreensão normativa, padronização de atuação e instrumentos mais ágeis para enfrentamento**, indicando que o tema exige abordagem mais estruturada e tecnológica.

II – Oportunidades de Atuação

- Padronização de atuação em propaganda irregular (inclusive digital)
- Capacitação específica sobre novas formas de propaganda e desinformação
- Desenvolvimento de ferramentas de monitoramento (especialmente redes sociais)
- Produção de guias e modelos de atuação rápida
- Atuação preventiva junto a candidatos e partidos sobre limites legais

As respostas abertas **reforçam e aprofundam os dados quantitativos**, demonstrando que os três temas de alta demanda não apenas aparecem com maior frequência, mas também são percebidos como **estruturalmente difíceis de enfrentar**, seja por limitações probatórias (corrupção e compra de votos), seja por dinâmica operacional complexa (propaganda irregular).

Em comum, emerge a necessidade de **padronização, inteligência institucional e atuação preventiva estruturada**, indicando um caminho claro para a atuação estratégica do CAOPEL no PGA 2026–2027.

O Paradoxo Institucional: Alto reconhecimento do ilícito, baixa arquitetura de resposta

O MPCE identifica perfeitamente a ameaça estrutural, mas atua predominantemente sem infraestrutura preventiva ou de inteligência autônoma.

A Ameaça

Alta Incidência e Percepção

As respostas confirmam a corrupção eleitoral e a compra de votos como ameaças recorrentes, reiteradas e capazes de comprometer a lisura do processo democrático local.



A Estrutura

Fragilidade Operativa

Apenas 4 unidades possuem fluxos plenamente definidos para atuar contra a corrupção eleitoral.

Zero (0) ações preventivas sistêmicas declaradas contra a infiltração do crime organizado.

ANÁLISE SWOT (FOFA)

As 4 Fragilidades Críticas da Atuação Atual



Ausência de Prevenção Sistemática

Nenhuma unidade declarou possuir atuação preventiva estruturada. O modelo atual opera na lógica estritamente reativa de apagar incêndios.



Dependência de Dados Externos

9 unidades não possuem fonte estruturada de informação, operando com total dependência de dados da polícia, reduzindo a autonomia investigativa ministerial.



Fragmentação de Processos

A falta de protocolos padronizados deixa os promotores isolados. Apenas uma minoria dispõe de modelos claros para investigação complexa.



Baixa Institucionalização Emergente

Temas críticos como violência política de gênero sofrem com falta de articulação (11 unidades sem rede) e inexistência de fluxos locais (9 unidades).

FORÇAS

- **Clareza diagnóstica sobre os principais ilícitos eleitorais**
 - Forte convergência em torno de corrupção, compra de votos e propaganda irregular como eixos centrais de atuação.

OPORTUNIDADES

- **Demanda clara por padronização e apoio técnico**
 - Modelos de peças (16) e kits de atuação (13) indicam espaço imediato para atuação estruturante do CAOPEL.

- **Alinhamento entre percepção e necessidade institucional**
 - Os temas mais citados quantitativamente coincidem com os relatados qualitativamente, permitindo **foco estratégico preciso**.
- **Potencial de atuação preventiva ampliada**
 - Público-alvo claramente identificado (candidatos – 17; eleitores – 15), favorecendo campanhas direcionadas.
- **Fortalecimento da articulação institucional existente**
 - Já há integração com Polícia Civil (11), PF (9) e Justiça Eleitoral (9), que pode ser formalizada e expandida.

FRAQUEZAS

- **Ausência de fluxos padronizados de atuação**
 - Apenas 4 unidades possuem fluxos plenamente definidos para corrupção eleitoral; maioria está parcial ou sem estrutura.
- **Inexistência de atuação preventiva sistemática**
 - Nenhuma unidade declarou atuação preventiva estruturada contra infiltração ou ilícitos eleitorais.
- **Dependência de fontes externas de informação**
 - 9 unidades não possuem fonte estruturada de dados; dependência da polícia reduz autonomia institucional.
- **Baixa capacidade institucional em inteligência e dados**
 - Evidenciada nas respostas abertas e nos obstáculos (informação, prova, inteligência).
- **Fragmentação na atuação e articulação**
 - Apesar de alguma cooperação, ainda há unidades sem articulação (4 registros), indicando inconsistência territorial.

AMEAÇAS

- **Alta incidência de práticas clássicas ilícitas**
 - Compra de votos (16 registros) e uso da máquina pública (13) indicam que a corrupção eleitoral é **estrutural e recorrente**, com potencial de comprometer a lisura do processo democrático.
- **Naturalização e baixa denúncia social**
 - Respostas abertas apontam tolerância social à compra de votos e subnotificação, dificultando a atuação repressiva eficaz.

- **Dificuldades probatórias e ausência de inteligência**
 - Falta de informações (11), ausência de inteligência (11) e dificuldade de prova (10) surgem como entraves críticos à atuação.
- **Dinamismo da propaganda irregular (especialmente digital)**
 - Relatos indicam rápida disseminação e dificuldade de controle, potencializando risco de desinformação e irregularidades massivas.

A análise integrada evidencia um cenário em que os **três temas prioritários (corrupção, compra de votos e propaganda irregular)** concentram simultaneamente:

- alta incidência (ameaça estrutural),
- baixa capacidade institucional de resposta (fraqueza),
- forte demanda por apoio (oportunidade) e
- consciência clara do problema (força).

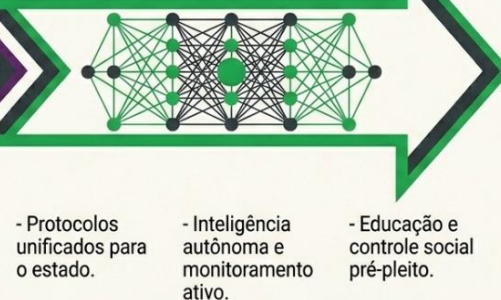
A Virada de Chave: O Objetivo Estratégico para o Biênio 26-27

A resposta do CAOPEL exige abandonar o isolamento e construir uma atuação em rede. O foco deixa de ser reagir ao ilícito consumado para evitar sua ocorrência.

DE: Modelo Reativo, Isolado e Dependente



PARA: Modelo Preventivo, Estruturado e Guiado por Dados



Boas Práticas Relatadas

As boas práticas identificadas não configuram política institucional estruturada, mas revelam **capacidade de inovação local, adaptação e protagonismo dos membros**, especialmente em cenários de escassez de recursos, dados e integração sistêmica. O diagnóstico evidencia que essas práticas poderiam ser **capturadas, sistematizadas e difundidas**, funcionando como referência para padronização institucional e fortalecimento da atuação eleitoral.

- **Atuação preventiva local pontual:**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Realização de ações educativas e orientativas junto à população e agentes públicos, ainda que de forma não sistemática.
- **Articulação informal com forças de segurança:**
 - Cooperação direta com Polícia Civil e Federal para compartilhamento de informações e suporte investigativo.
- **Uso de notícias de fato e denúncias locais como gatilho investigativo:**
 - Aproveitamento de canais informais para iniciar apurações, diante da ausência de inteligência estruturada.
- **Realização eventual de capacitações locais:**
 - Promoção de orientações sobre ilícitos eleitorais para públicos específicos, ainda sem padronização institucional.
- **Atuação integrada com Justiça Eleitoral em casos concretos:**
 - Cooperação pontual em situações de irregularidades identificadas durante o processo eleitoral.

Casos Emblemáticos Relevantes

Não houve registro, de um caso concreto ou emblemático descrito de forma detalhada que possa ser destacado como referência específica para o diagnóstico.

O que se observa, em vez disso, são **relatos genéricos e recorrentes**, como:

- dificuldades probatórias
- menções a “grupo político forte na região”
- referências a “compra de votos” e “interferência local”

Achados Relevantes

Existem **alguns achados específicos, porém relevantes, que não foram destacados explicitamente** e merecem registro técnico por revelarem **fragilidades estruturais importantes na atuação eleitoral**:

1. Ausência total de atuação preventiva sistemática (fato crítico)

- **Evidência:** “Sim, de forma sistemática: 0”; “Não realiza: 9”; “Ocasional: 8”
- **Justificativa:**

Este é um dos achados mais críticos do diagnóstico: **nenhuma unidade declarou atuação preventiva estruturada**, o que contrasta diretamente com a alta

incidência de ilícitos relatados (corrupção e compra de votos). Indica atuação predominantemente reativa.

2. Elevado número de unidades sem fonte estruturada de informação

- **Evidência:** Não há fonte estruturada: 9” - Mesmo número de “informações da polícia: 9”
 - **Justificativa:**
Revela dependência externa equivalente à ausência interna de inteligência, um padrão **estrutural de fragilidade institucional**, não apenas operacional.
-

3. Inexistência de atuação preventiva sistemática mesmo diante de risco de ORCRIM

- **Evidência combinada:** Presença de sinais (intimidação, coação, controle territorial) - Mas ausência de atuação preventiva estruturada
 - **Justificativa:**
Há um **descompasso relevante** entre percepção de risco e capacidade de resposta institucional — fato estratégico que não é apenas quantitativo, mas qualitativo.
-

4. Baixa institucionalização da temática de violência política de gênero

- **Evidência:** “Não há articulação com rede: 11” “Não possui fluxo: 9”
 - **Justificativa:**
Mesmo com incidência identificada (fraude à cota, exclusão, ataques digitais), o tema ainda é **periférico e não estruturado**, diferentemente da corrupção eleitoral.
-

5. Forte dissociação entre percepção de problema e estrutura de resposta

- **Evidência cruzada:** Alta incidência de práticas (compra de votos: 16) Baixa estrutura (fluxos inexistentes ou parciais: maioria)
 - **Justificativa:**
Este é um achado analítico central: **o sistema reconhece o problema, mas não dispõe de arquitetura institucional para enfrentá-lo.**
-

Os achados mais marcantes do diagnóstico não estão apenas nos temas prioritários, mas na **assimetria entre diagnóstico e capacidade institucional**, evidenciada por:

- ausência de prevenção

- ausência de inteligência estruturada
- fragilidade de fluxos
- baixa institucionalização de temas emergentes

Esse conjunto configura um **risco sistêmico**, mas também define com precisão o foco de priorização estratégica para o PGA.

Contribuições Relevantes para Transversalidade



1. Integração com a área criminal (ORCRIM e ilícitos conexos)

As respostas indicam associação recorrente entre **processo eleitoral e atuação de organizações criminosas**, com menções a intimidação, controle territorial e financiamento irregular.

- Fundamenta atuação integrada com o **CAOCRIM/GAECO**, especialmente em investigação e inteligência.

2. Articulação com improbidade administrativa e controle da gestão pública

- A presença forte de relatos sobre **uso da máquina pública e abuso de poder político** evidencia conexão direta com temas de improbidade.
- Permite estruturar ações conjuntas com área **Cível/Patrimônio Público**, especialmente preventivas.

3. Interface com cidadania e educação para participação política

- Respostas abertas destacam necessidade de atuação junto a **eleitores, jovens e comunidade**, diante da naturalização da compra de votos.
 - Campo claro para integração com **Cidadania e Educação**, com foco em campanhas estruturadas.
-

4. Convergência com direitos humanos (violência política de gênero)

- Relatos sobre exclusão, assédio e fraude à cota de gênero mostram conexão com **direitos humanos e equidade de gênero**.
 - Possibilita articulação com CAOCIDADANIA ou áreas correlatas para atuação preventiva e protetiva.
-

5. Dependência e potencial de integração com segurança pública e inteligência

- A forte dependência de informações policiais e a ausência de inteligência interna estruturada revelam necessidade de atuação conjunta.
 - Abre espaço para integração com **polícias, Justiça Eleitoral e sistemas de dados**, fortalecendo modelos interinstitucionais.
-

A transversalidade revelada pelos dados não é incidental, mas **estrutural**: o fenômeno eleitoral se conecta diretamente com criminalidade, gestão pública, cidadania e direitos fundamentais.

Isso indica que os projetos futuros do CAOPEL devem ser concebidos **desde a origem como intersetoriais**, e não como iniciativas isoladas.

Ações Estratégicas CAOPEL/MPCE (Biênio 26-27)

A partir da matriz SWOT consolidada, boas práticas, casos emblemáticos e contribuições transversais fornecidas, elaboramos algumas ações.

As ações descritas buscam **aproveitar oportunidades/forças** e **enfrentar ameaças/fraquezas** identificadas no diagnóstico. As ações estão ancoradas, sobretudo, nos temas priorizados (**corrupção eleitoral, compra de votos e propaganda irregular**) e nas lacunas recorrentes de **inteligência, fluxos, prevenção, capacitação e articulação**.



1) Protocolo-Padrão de Apuração da Corrupção Eleitoral

Justificativa: A investigação de corrupção foi a prioridade mais citada (15), mas 8 unidades não possuem fluxo claro e 7 possuem apenas parcialmente.

Descrição: Elaborar fluxo único com triagem, coleta mínima de prova, encaminhamentos, peças-base e articulação institucional para dar rapidez e segurança à atuação.

#corrupçãoeleitoral #fluxos #padronização

2) Kit Operacional de Enfrentamento à Compra de Votos

Justificativa: Compra de votos foi a prática mais observada (16) e prevenir essa conduta foi prioridade de curto prazo para 10 respondentes.

Descrição: Disponibilizar checklists, modelos de peças, roteiro probatório e orientações rápidas para apuração e medidas preventivas em períodos críticos.

#compradevotos #corrupçãoeleitoral #kitsdeatuação

3) Banco de Modelos de Peças e Minutas

Justificativa: Modelos de peças e minutas foram o apoio mais urgente (16), seguidos de kits de atuação (13).

Descrição: Organizar repositório atualizado com representações, requisições, promoções, despachos e peças orientadas aos ilícitos mais recorrentes.

#modelos #corrupçãoeleitoral #padronização



4) Rede de Inteligência Eleitoral Mínima

Justificativa: Falta de informações (11), ausência de inteligência (11) e inexistência de fonte estruturada (9) são gargalos centrais.

Descrição: Organizar rotina mínima de coleta, consolidação e compartilhamento de sinais, denúncias, notícias de fato e dados de parceiros para subsidiar atuação.

#inteligência #corrupçãoeleitoral #monitoramento

5) Painel Sintético de Indicadores Eleitorais

Justificativa: Suporte em dados/BI foi menos citado (3), mas a ausência de inteligência e informação estruturada aparece como fragilidade relevante.

Descrição: Criar painel mínimo com demandas, temas recorrentes, denúncias e gargalos para orientar priorização, apoio do CAOPEL e decisões em períodos eleitorais.

#inteligência #BI #monitoramento

6) Fluxo Rápido para Propaganda Irregular e Desinformação

Justificativa: Propaganda irregular (10) e desinformação (9) aparecem entre os principais temas de capacitação e apoio.

Descrição: Criar procedimento célere para análise, registro, prova digital e resposta institucional a propaganda irregular, inclusive em redes sociais e conteúdos virais.

#propagandairregular #desinformação #provasdigitais



**Pilar Estratégico 3:
Prevenção e Capacitação**

Intervir antes que o ilícito eleitoral se consolide na cultura local, quebrando o ciclo de naturalização da compra de votos e corrupção.

Campanhas para Eleitores e Candidatos
Comunicação simples e replicável alertando sobre ilícitos e divulgando canais de denúncia seguros.

Capacitação por Casos Reais
Trilhas de aprendizagem curtas para promotores usando casos-síntese focados em corrupção e desinformação.

Guia de Condutas Vedadas
Manual prático para prevenir, detectar e responder rapidamente ao uso indevido da máquina pública.

7) Campanha Preventiva para Eleitores, Candidatos e Lideranças

Justificativa: Públicos prioritários: candidatos (17), eleitores (15) e lideranças comunitárias (10); compra de votos e corrupção exigem prevenção social.

Descrição: Produzir campanha simples e replicável com mensagens sobre ilícitos eleitorais, riscos da compra de votos, propaganda irregular e canais de denúncia.

#prevenção #compradevotos #cidadania

8) Capacitação Prática por Casos e Situações Reais

Justificativa: Capacitações temáticas foram demanda urgente (12), e respostas abertas mencionam “prática eleitoral” e casos concretos como necessidade.

Descrição: Ofertar trilhas curtas e objetivas sobre corrupção, compra de votos, propaganda irregular, desinformação e prova, usando casos-síntese e minutas.

#capacitação #corrupçãoeleitoral #propagandairregular

9) Guia de Condutas Vedadas e Uso da Máquina Pública

Justificativa: Uso indevido da máquina pública foi uma das práticas mais relatadas (13), e condutas vedadas aparecem com 8 menções em capacitação.

Descrição: Produzir guia objetivo para prevenção, detecção e resposta a abusos envolvendo agentes públicos, publicidade institucional e estrutura administrativa.

#condutasvedadas #corrupçãoeleitoral #máquinapública



10) Formalização da Articulação com PC, PF e Justiça Eleitoral

Justificativa: Há atuação com Polícia Civil (11), PF (9) e Justiça Eleitoral (9), mas 4 unidades relataram nenhuma articulação.

Descrição: Padronizar canais e pontos focais para troca de informações, apoio probatório e cooperação em casos prioritários, reduzindo a fragmentação territorial.

#articulação #inteligência #corrupçãoeleitoral

11) Canal Padronizado de Recebimento e Triagem de Denúncias

Justificativa: Fluxo de denúncia e acolhimento foi apontado por 8 respondentes como prioridade de curto prazo.

Descrição: Definir critérios mínimos de recebimento, classificação, urgência e destino das notícias/denúncias, com orientação objetiva aos órgãos de execução.

#denúncias #fluxos #corrupçãoeleitoral

12) Linha de Atuação sobre IA, Redes Sociais e Novas Dinâmicas Eleitorais

Justificativa: Respostas abertas citaram “uso de Inteligência Artificial”, “campanha em redes sociais e desinformação” e atuação em redes sociais como prioridade.

Descrição: Estruturar orientação específica para riscos digitais, preservação de prova, análise inicial de conteúdo e resposta institucional a novas formas de irregularidade.

#propagandairregular #desinformação #IA

As ações acima respondem diretamente aos achados mais consistentes do formulário: **alta incidência de compra de votos e corrupção, forte demanda por modelos/kits/capacitação, falta de inteligência e fluxos, e necessidade de resposta mais ágil à propaganda irregular e ao ambiente digital.**

Em termos práticos, o maior ganho institucional tende a vir da combinação entre **padronização + inteligência + prevenção + articulação interinstitucional**.

VINCULAÇÃO CNMP

Através de uma análise **mais restrita** e objetiva das ações propostas em relação às iniciativas propostas pelo MPCE para o **RADAR CNMP - 2026**, seguem vínculos sustentáveis.

AÇÃO PROPOSTA (MPCE)	INICIATIVA CNMP (RADAR)	ADERÊNCIA	JUSTIFICATIVA
Fluxo rápido para propaganda irregular e desinformação	2.1.2.1 Estruturação de ciência de dados nos MPs	ALTA	A resposta ágil a propaganda irregular exige análise de dados digitais, monitoramento e inteligência, alinhando-se diretamente ao eixo de dados do CNMP.
Rede de inteligência eleitoral mínima	1.1.2.2 Base única nacional de antecedentes criminais	ALTA	A proposta converge diretamente com a lógica de integração de dados e inteligência nacional, sendo uma aplicação temática no campo eleitoral.
Capacitação prática por casos reais	3.4.2.1 Desenvolvimento de competências técnicas	ALTA	A capacitação é diretamente aderente ao fortalecimento de competências institucionais previsto no CNMP.
Formalização da articulação com PC, PF e Justiça Eleitoral	1.3.1.1 Atuação em rede entre MPs e parceiros	ALTA	Convergência direta com a diretriz de atuação em rede e cooperação institucional estruturada.
Banco de modelos de peças e minutas	3.2.2.1 Manual referencial de gestão e processos	ALTA	Forte aderência na padronização documental e metodológica, com lógica institucional equivalente.
Guia de condutas vedadas e uso da máquina pública	1.5.1.3 Fortalecimento de mecanismos anticorrupção	ALTA	Convergência direta com o eixo de integridade e combate à corrupção administrativa.
Painel de indicadores eleitorais (BI)	2.1.2.1 Ciência de dados e tomada de decisão	ALTA	A ação é aplicação direta da política nacional de dados e análise estratégica prevista pelo CNMP.

A maioria das ações propostas apresenta **aderência alta com o RADAR 2026**, especialmente nos seguintes eixos:

- **Inteligência e dados (2.1.2)**
- **Articulação institucional (1.3.1)**
- **Combate à corrupção e integridade (1.5.1)**
- **Capacitação e competências (3.4.2)**

Ação do MPCE	Iniciativa CNMP	Aderência
Inteligência e Painel BI	2.1.2.1 (Ciência de dados e decisão)	✓ ALTA
Fluxo Desinformação	2.1.2.1 (Estruturação de dados nos MPs)	✓ ALTA
Articulação Institucional	1.3.1.1 (Atuação em rede com parceiros)	✓ ALTA
Guia de Condutas Vedadas	1.5.1.3 (Mecanismos anticorrupção)	✓ ALTA
Modelos e Capacitação	3.2.2.1 e 3.4.2.1 (Gestão e Competências)	✓ ALTA

Isso indica que o diagnóstico eleitoral do MPCE está **alinhado às diretrizes nacionais**, especialmente na dimensão estrutural.

CONCLUSÃO

A análise realizada evidencia que a atuação eleitoral no âmbito do MPCE se desenvolve em um contexto de **alta incidência de ilícitos tradicionais**, especialmente corrupção eleitoral, compra de votos e propaganda irregular, coexistindo com **fragilidades estruturais relevantes**, como ausência de fluxos padronizados, baixa institucionalização da prevenção e limitações significativas na produção e uso de inteligência. Ao mesmo tempo, o diagnóstico revela uma **clareza consistente por parte dos membros sobre os problemas enfrentados e sobre as soluções necessárias**, destacando demandas objetivas por padronização, capacitação e fortalecimento da articulação institucional.

Nesse cenário, o conjunto de dados indica não apenas desafios, mas também **uma oportunidade concreta de transformação institucional**, a partir da organização de instrumentos operacionais, da integração entre áreas e do alinhamento com diretrizes nacionais. Assim, o diagnóstico cumpre seu papel de evidenciar prioridades e orientar decisões estratégicas, apontando que o fortalecimento da atuação eleitoral no MPCE depende, essencialmente, da transição de um modelo reativo para um modelo estruturado, preventivo e orientado por dados.

Mais do que identificar problemas, este diagnóstico delimita com precisão o caminho para a ação institucional qualificada.



**Mais do que identificar o problema,
desenhamos o caminho. Do diagnóstico à
ação qualificada em defesa da democracia.**

MPCE | CAOPEL | SEPLAN
Ministério Público do Estado do Ceará

Elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa